ACTA N.º 16/2008**Data da reunião ordinária: 25-08-2008****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 11:50 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Luís Filipe Mesquita Boavida
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Ezequiel Soares Estrada
Maria João Gil dos Santos Grácio
Henrique dos Reis Leal

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Chefe de Secção**Faltas justificadas:** João José Pescador de Matos Fanha Vieira**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:** 22-08-2008**Operações Orçamentais:** 4.394.475,42**Operações não Orçamentais:** 46.513,72

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 - EXMO.PRESIDENTE

Informou que no próximo Domingo, dia 31 de Agosto, vai realizar-se no Pavilhão Municipal, a Final da Super -Taça de Futsal Masculino, entre as equipas do Sporting C. Portugal e o S.L. Benfica.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

Sobre ocupação dos Tempos Livres.

O Exmo. Presidente informou o Sr. Vereador que deverá apresentar a questão na próxima reunião, com a presença do Sr. Vereador João Vieira.

3 – VEREADOR SR. HENRIQUE LEAL

Atento um comunicado do P.S.D. do Cartaxo, sobre a dívida da Câmara do Cartaxo, à Construtora Planotejo, pergunta se a Câmara do Entroncamento tem a situação resolvida.

O Exmo. Presidente informou que em próxima reunião, lhe dirá qual é o ponto da situação, dado que no momento não tem elementos para poder informar.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 04 de Agosto de 2008, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual depois de lida e corrigida, foi aprovada, por maioria, com abstenções dos Vereadores Srs. Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Maria João Gil dos Santos Grácio e Exmo. Presidente, por não terem estado presentes na mesma, e assinada por todos os presentes.

ELEITOS LOCAIS

FALTA DE VEREADOR

- Do Vereador Sr. João José Pescador de Matos Fanha Vieira, foi presente uma comunicação, a informar que não é possível estar presente na reunião de 25 de Agosto corrente, por se encontrar de férias.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, justificar a falta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC.DESPORT.CULTURAIS DO ENTRº

GRUPO DESPORTIVO DOS FERROVIÁRIOS DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE AJUDA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA TREINOS

- Nesta altura e durante a apreciação deste assunto ausentou-se da reunião o Vereador Sr. Alexandre Zagalo.

- Carta datada de 21 de Julho findo, do Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento, a solicitar ajuda para a aquisição do equipamento desportivo que a seguir se transcreve, face à época Desportiva 2008/2009 onde o Clube irá participar na categoria de Seniores e Juniores, inserido nos respectivos Campeonatos Distritais e face à fase menos positiva que financeiramente atravessa:

- 15 Bolas para relvado;

- 10 Bolas para pelado;
- 50 Pares de meias/altas para treino;
- 50 Camisolas de treino;
- 50 Calções de treino.

Mais informa que aceitam a colocação do logótipo do Município no equipamento.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder à aquisição do equipamento, ficando o Exmo. Presidente incumbido de, em próxima reunião, informar qual o valor.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

GRUPO DESPORTIVO DOS FERROVIÁRIOS DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE APOIO

- Nesta altura e durante a apreciação deste assunto ausentou-se da reunião o Vereador Sr. Alexandre Zagalo.

- Carta do Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento, a comunicar, como é do conhecimento e à semelhança de muitos outros clubes amadores, a sua situação financeira é muito precária, e no seu caso agravada pela suspensão desde Janeiro de 2007 do subsídio de apoio à prática desportiva (que lhes era atribuído pelo Município), por causa da dívida fiscal, que originou a penhora e conseqüente interrupção do mesmo.

No entanto, a muito custo e com o esforço de todos os seus dirigentes, sócios, simpatizantes e amigos, conseguiu manter a sua actividade, com resultados que consideram altamente positivos a todos os níveis, na época de 2007/2008, consubstanciados na disputa de subida ao primeiro escalão do Futebol distrital no escalão de seniores e na disputa da subida ao nacional da segunda divisão no escalão de juniores, ambas com decisão apenas na última jornada.

Por outro lado e ao nível do Atletismo, o Clube mantendo 55 atletas de diversos escalões em actividade, conseguiu colocar atletas com resultados de nível Distrital e Nacional, que só prestigiam a colectividade e necessariamente o Entroncamento.

Continua ainda a prestar a mais de 200 sócios (das mais variadas idades) a possibilidade da prática salutar da nataçãõ numa grande parte das suas vertentes, serviço este conjugado com a prestimosa colaboraçãõ deste Município.

Para que seja possível dar continuidade a este trabalho, que consideram digno de ser reconhecido, pensam ser indispensável que se encontre uma forma do Município poder apoiar o Clube apesar da penhora existente, e uma das formas que pensam ser passível de apoio é o pagamento directo à Associação de Futebol de Santarém das inscrições dos atletas, do qual ainda devem um valor que se aproxima dos 4.500€, relativo à época de 2007/2008, que terão de pagar até finais de Agosto do corrente ano, sob pena do clube não poder inscrever as suas equipas para a época de 2008/2009, parando assim de todo a sua actividade no futebol, o qual esteve na grande génese da sua história.

Assim, solicitam a este Município que se digne estudar este pedido que assim de alguma forma tornará menos desigual a forma de apoio relativa a outros clubes do Concelho que felizmente não têm problemas fiscais.

- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, solicitar um parecer jurídico sobre a matéria.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS **PROJECTO DE REGULAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE**

- Do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças – Dr. Gilberto Pereira Martinho, foi presente o “Projecto de Regulamento da Zona Industrial – 2.ª Fase”, para análise e deliberação da Câmara.

- Este projecto mereceu uma análise e discussão demorada por parte dos Vereadores do P.S. e do B.E., tendo sido apresentadas as seguintes sugestões:

- Dos Vereadores do P.S., Senhores Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:

“Relativamente ao Art.º 25.º do Projecto de Regulamento da Zona Industrial – 2.ª Fase, entendem os Vereadores do P.S. que os adquirentes dos lotes não poderão arrendar ou permitir a utilização do lote e das edificações nele construídas, para todos os fins, sem prévia autorização por parte da Câmara Municipal.”

- Do Vereador do B.E., Senhor Henrique Leal:

“1.º Entendo que o Regulamento da Zona Industrial da 2.ª Fase só por si não faz sentido. Deve ser integrado com a 1.ª Fase e resultar um Regulamento único para toda a Zona Industrial.

2.º Discordo do poder discricionário excessivo que é atribuído à Câmara Municipal. A todo o momento a decisão não decorre do articulado do Regulamento mas da deliberação da Câmara.

3.º Não considero nem pertinente nem oportuno abrir-se a possibilidade de constituição de uma empresa municipal para a gestão da Zona Industrial. Aliás julgo até difícil de equacionar tal possibilidade com o poder discricionário atrás referido.

4.º No Art.º 5.º, nos números 1 e 2 devem ser claramente definidas não apenas a natureza das actividades a desenvolver mas também a lógica que lhes está subjacente.

5.º No Art.º 6.º, n.º 7 discordamos da possibilidade de se construírem vivendas com 140m² nos lotes da Zona Industrial.

6.º No Art.º 22.º não concordo com possibilidade de cessão da posição, nem com o poder discricionário da CME nesta matéria.

7.º No Art.º 25.º discordo da possibilidade de arrendamento e do poder discricionário reservado à CME.

8.º Nas Normas para a deslocalização das empresas, na norma 5.ª, entendo que deverá ser fundamental para viabilizar a eventual cessão da posição contratual, a empresa adquirente estar nas condições de prioridade definidas na 1.ª Norma.”

- Terminada que foi esta discussão, a Câmara, por proposta do Exmo. Presidente deliberou, por unanimidade, retirar este Projecto de Regulamento da presente reunião, para análise e votação na próxima reunião.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS PARA A DESLOCALIZAÇÃO DE EMPRESAS DA MALHA URBANA PARA A ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE

- Do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças – Dr. Gilberto Pereira Martinho, foram presentes as “Normas para a Deslocalização de Empresas da Malha Urbana para a Zona Industrial – 2.ª Fase”, para análise e deliberação da Câmara.

- Face à deliberação anteriormente tomada para o “Projecto de Regulamento da Zona Industrial – 2.ª Fase”, a Câmara deliberou, também, por unanimidade, retirar estas Normas e analisá-las na próxima reunião.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS PARA A DESLOCALIZAÇÃO DE EMPRESAS DA MALHA URBANA PARA A ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE – DEFINIÇÃO DO PREÇO DOS LOTES

- Do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças – Dr. Gilberto Pereira Martinho, foi presente uma informação a comunicar que de acordo com o artigo 4.º das “Normas para a Deslocalização de Empresas da Malha Urbana para a Zona Industrial – 2.ª Fase”, deverá a Câmara definir o preço dos lotes.

- Mais informa que nas últimas hastas públicas realizadas para a venda de lotes na Zona Industrial – 1.ª Fase, o preço base do concurso foi de 35 Euros por metro quadrado.

- A Câmara, tudo visto e analisado e por proposta do Exmo. Presidente, deliberou, por unanimidade, que o preço base do concurso será de 35 Euros por cada metro quadrado, dos lotes.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SECÇÃO LICENÇAS E TAXAS

DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS - SECÇÃO LICENÇAS E TAXAS

- Da Chefe de Secção de Licenças e Taxas – Maria da Conceição Lucas Antunes, foram presentes os mapas das licenças emitidas por aquela Secção, no período de 28/07/2008 a 14/08/2008, atenta a deliberação de 28/10/2005 e para cumprimento do n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

- A Câmara tomou conhecimento e rubricou estes mapas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

ALTERAÇÃO N.º 6 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2008

- A Câmara aprovou, por maioria, com voto de qualidade do Exmo. Presidente, nos termos do n.º 2 do art.º 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Alteração n.º 6 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2008, totalizando 135.210,12 € (Cento e trinta e cinco mil duzentos e dez euros e doze cêntimos), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.

- De notar que, o valor referido inclui a Alteração n.º 6 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).

- Votaram a favor, a Vereadora Sr.ª Maria João Grácio, Sr. Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente.

- Votaram contra, os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Ezequiel Estrada e Henrique Leal.

- Foram feitas as seguintes declarações de voto:

- Do Vereador Sr. Henrique Leal:

“As obras necessárias de requalificação da zona envolvente aos relvados sintéticos não podem ser alternativas às obras inadiáveis de requalificação do parque de habitação social da Câmara. Há anos que, aprovada por unanimidade, uma proposta de requalificação do Bairro F. Ulrich aguarda a devida prossecução. Retirar verbas da dotação já de si escassa e simbólica da habitação social para reforçar a dotação da envolvente dos relvados sintéticos parece-me e é má política.

Por isso voto contra.”

Dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:

“Votamos contra, não por não entendermos o interesse que tem para o Município os campos sintéticos, mas porque nos deixa muitas dúvidas o negócio de troca de um terreno previsto para espaço verde, pelos referidos campos, favorecendo uma empresa gestora de um espaço comercial anexo, sem que nos fosse dado conhecimento do parecer da alta autoridade para a concorrência”.

Dos eleitos do P.S.D.:

“Qual foi a data e em que reunião esse pedido de parecer que neste momento é invocado aqui pelos Vereadores do Partido Socialista”.

- Foi ainda deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

PERMUTA DE HABITAÇÃO SOCIAL – MARIA AMÉLIA MAIA VIEIRA TAROUCA

- Da Técnica Superior de 2.ª Classe – Laura Maia, dos Serviços de Habitação Social, foi presente a seguinte informação, referente à permuta de habitação social, em nome de Maria Amélia Maia Vieira Tarouca:

«No seguimento da deliberação de 07-05-2007, relativamente à permuta da habitação sita na Rua Cor. Joaquim Estrela Teriaga n.º 2, para a Rua Jaime Pascoal de Brito, n.º 12, informo V. Ex.ª, que Maria Amélia Maia Vieira Tarouca pediu a anulação desta permuta, atendendo aos conflitos com os residentes da referida rua.

Assim sendo e pelo exposto, verificou-se que se encontra disponível uma habitação com as características adequadas, na Rua Cor. Joaquim Estrela Teriaga, n.º 8.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ATRIBUIÇÃO DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL – MARIA AMÉLIA PIRES FARIA

- Da Técnica Superior de 2.ª Classe – Laura Maia, dos Serviços de Habitação Social, foi presente a seguinte informação, referente à atribuição de renda da habitação social, sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco G, 1.º Esq.º, em nome de Maria Amélia Pires Faria:

«Para o efeito e conforme deliberação de 05/05/08, referente à atribuição de habitação social, sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco G – 1.º Esq. (T2) a Maria Amélia Pires Faria, e de acordo com o estabelecido que regulamenta a atribuição de rendas de habitação social nos Blocos, resulta a aplicação da renda mensal a cobrar no valor de 30.00€ (trinta euros).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOTARIADO

MINUTA DO CONTRATO – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO – ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE

- Da Chefe de Secção de Notariado – Orlanda Pedroso, foi presente a minuta do Contrato da empreitada da “Requalificação do Parque do Bonito – Envolvente ao

Campo Relvado e Bancada Poente”, adjudicada à Firma Eco Edifica – Ambiente, Infraestruturas e Construções, S.A., para aprovação.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

PEDIDO DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – RUA CORONEL ANTÓNIO MANUEL BAPTISTA, N.º 11

- Do Técnico Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Paulo Oliveira, da Divisão de Obras Municipais, foi presente a seguinte informação, relativa a um pedido de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada na Rua Coronel António Baptista, n.º 11:

«Serve a presente informação para comunicar a V.ª Ex.ª e fins tidos convenientes que, relativamente ao pedido em anexo, incumbe-me analisar e esclarecer o seguinte:

Após deslocação ao local mencionado em epígrafe, com o Sr. Vice-Presidente, Encarregado Geral e o subscritor constata-se que, a envolvente da residência da Sr.ª Emília Amélia Lobato Brás, não oferece boas acessibilidades dificultando assim o estacionamento da sua viatura devido ao seu estado de saúde, como comprova o atestado em anexo ao requerimento, justificando assim a pretensão da requerente. Desta forma, no seguimento das instruções superiores propõe-se, um estacionamento na Rua Coronel Manuel Batista, junto da sua habitação com as seguintes indicações, a 5 m do vértice da curva com sinalização vertical do tipo:

H1a – Estacionamento autorizado (sinais de informação)

Complementada com os seguintes painéis adicionais:

Modelo 14 - Placa adicional (painéis adicionais – painéis de informação diversa)

11d – Para veículos portadores do dístico de deficiente (painéis adicionais)

Mais informo, que a requerente possui cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, dentro da validade, ficando assim, autorizada a beneficiar das facilidades de estacionamento no Estado membro no qual a titular se encontre, Junto anexa-se o pedido original da requerente, planta de localização 1:2000 e fotografia do local em análise.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o estacionamento e sinalização proposta, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

EMPREITADA DE ESCOLA DE TRÂNSITO

- No seguimento da deliberação de 19 de Maio de 2008, na qual foi deliberado abrir concurso público para a execução da empreitada da "Escola de Trânsito" e decorridos que foram os trâmites legais do processo, foram presentes os Relatórios da Comissão de Análise elaborados em 17 de Julho e 8 de Agosto de 2008, respectivamente, que a seguir se transcrevem:

- PRIMEIRO:

- «Aos dezassete dias do mês de Julho de dois mil e oito, reuniu a Comissão de Abertura das propostas referente ao concurso em epígrafe, na sequência do acto público realizado no dia quatro de Julho de dois mil e oito, para proceder à avaliação da capacidade financeira e económica e à avaliação da capacidade

técnica do concorrente admitido, nos termos do art.º 98.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Relativamente à avaliação da *CAPACIDADE FINANCEIRA E ECONÓMICA*, verificou-se que o Programa de Concurso remeteu os critérios de avaliação para o quadro de referência constante na Portaria em vigor, ao abrigo do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 09 de Janeiro, ou seja, para a Portaria n.º 994/2004, de 05 de Agosto que é aplicável de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 1075/2005, de 19 de Outubro.

Deste modo a análise dos indicadores foi feita tendo em conta o último exercício de que existe valor de referência (ano de 2005) e ainda a média dos últimos três anos.

O cálculo para o concorrente admitido encontra-se em ficha de avaliação individual, constante do processo.

Verifica-se que o concorrente satisfaz as condições definidas na Portaria n.º 1075/2005, de 19 de Outubro, ou seja que relativamente aos indicadores em análise, os valores do último ano ou os valores médios dos últimos três anos, não são inferiores aos valores mínimos de referência estabelecidos na Portaria n.º 994/2004, de 09 de Janeiro.

Relativamente à avaliação da *CAPACIDADE TÉCNICA* dos concorrentes, o Programa de Concurso remete para os documentos solicitados nas alíneas e) a h) do n.º 15.1 e alíneas a) e b) do n.º 15.2 e de acordo com os critérios definidos no n.º 19.4 do mesmo Programa de Concurso, nomeadamente:

- a) Comprovação da execução de, pelo menos, uma obra de idêntica natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 60 % do valor base; No caso das obras particulares, o valor deverá ser confirmado por entidade devidamente habilitada;
- b) Adequação do equipamento e da ferramenta especial a utilizar na obra, seja próprio, alugado ou sob qualquer outra forma, às suas exigências técnicas;
- c) Adequação dos técnicos e os serviços técnicos, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra.

No que respeita às alíneas b) e c) tanto ao nível de equipamento como de técnicos, a proposta se adequa às exigências da obra.

No que respeita à execução de obra de valor não inferior a 60% do valor base, ou seja, de 174 329,66 € entendeu a Comissão considerar como obras de idêntica natureza, as obras de edifícios englobando arranjos exteriores, pois no Programa de Concurso são exigidas as habilitações da 1.ª Categoria.

Feita a análise das obras executadas pelo concorrente, conclui a Comissão que satisfaz as condições exigidas no Programa de Concurso.

Da análise do referido nas alíneas a) e b) do n.º 15.2 do Programa de Concurso em conjugação com a declaração entregue ao abrigo da alínea f) do n.º 16.1 da proposta, verificou-se que o concorrente possui, alvará de construção, com as habilitações das classes necessárias à categoria exigida no n.º 6.2 do Programa de Concurso.

Esta análise encontra-se discriminada para o concorrente em ficha de avaliação individual.

Em conclusão, a Comissão de Abertura decidiu, nos termos do n.º 4 do art.º 98.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, de que o concorrente é considerado apto, pelo que irá passar à fase seguinte,

Da decisão tomada vai ser dado conhecimento a todos os concorrentes de harmonia com o n.º 6 do art.º supra referenciado, sendo o processo remetido à respectiva Comissão de Análise, decorrido o prazo previsto no n.º 1 do art.º 49.º do diploma legal em apreço.»

- SEGUNDO:

- «Aos oito dias do mês de Agosto de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão designada para a análise das propostas, a qual é composta pelos Senhores, *JOAQUIM ANTÓNIO RIBEIRO CANTEIRO*, Engenheiro Civil – Assessor Principal da Câmara Municipal do Entroncamento, servindo igualmente de Presidente da Comissão; *NUNO EDUARDO FERREIRA VALENTE*, Eng.º Civil e Chefe de Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal do Entroncamento, em substituição de *SILVINO FERREIRA DOS SANTOS*, Arquitecto – Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais da Câmara Municipal do Entroncamento e *SANDRA CRISTINA ALVES DOS SANTOS*, Técnica Superior de 2.ª Classe da Câmara Municipal do Entroncamento.

Decorrido o prazo estipulado no n.º 1 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, verificou-se que não foi apresentada qualquer reclamação por parte dos concorrentes pelo que o processo se encontra em condições de se proceder à análise das propostas.

A proposta que passou a esta fase, de acordo com a decisão da Comissão de Abertura foi a seguinte:

FIRMA CONCORRENTE	VALOR DA PROPOSTA	PRAZO
ECO-EDIFICA, S.A.	€ 276.515,05	120 DIAS

A análise da referida proposta foi feita de acordo com os critérios que abaixo se discriminam, os quais foram estabelecidos no Programa de Concurso no n.º 21 que se transcreve:

“O critério de apreciação das propostas será o seguinte:

a) PREÇO 60 %

b) valor técnico da proposta 40 %

sendo o método de ponderação o seguinte:

21.1 – PREÇO – À proposta de mais baixo preço será atribuída a classificação de 9 PONTOS.

A classificação de 1 PONTO será atribuída ao maior dos seguintes valores: proposta de mais alto preço ou valor de 10% acima do valor base.

As restantes classificações serão obtidas de forma proporcional entre os referidos valores de 1 a 9.

21.2 – VALOR TÉCNICO DA PROPOSTA - O valor técnico da proposta será avaliado através de todos os elementos escritos e gráficos que definam a sua execução, faseamento e planeamento, nomeadamente através da análise dos seguintes itens:

Nota justificativa do preço;

Equilíbrio e razoabilidade de preços unitários;

Plano de trabalhos, cargas de equipamento e mão-de-obra;

Memória descritiva e justificativa;

Sendo atribuídas pontuações entre o máximo de 9 pontos e o mínimo de 1 ponto”.

A pontuação atribuída à proposta, para os diferentes itens consta dos quadros em anexo.

conclusão:

Dispensou-se a realização da audiência prévia prevista no n.º 2 do art.º 101.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, em virtude de só existir uma proposta, sendo que desse facto vai ser informada a Firma ECO-EDIFICA – AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES, SA.

Assim, entende a Comissão, de acordo com a pontuação obtida e a classificação definida no quadro final, que seja efectuada a adjudicação à FIRMA ECO-EDIFICA – AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES, SA, com a PROPOSTA no valor de € 276 515, 05 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL QUINHENTOS E QUINZE EUROS E CINCO CÊNTIMOS) + IVA à taxa legal em vigor.»

- Neste processo, e de acordo com o relatório final, o Sr. Vice-Presidente no impedimento legal do Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«De acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 e posteriores alterações, proceder à adjudicação. Aos serviços para procedimento e à reunião para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, ratificar o presente despacho.

- Absteve-se o Vereador Sr. Henrique dos Reis Leal.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.

ENVOLVENTE AOS CAMPOS SINTÉTICOS E BALNEÁRIOS (ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL 2.ª FASE)

- No seguimento da deliberação de 7 de Janeiro de 2008, na qual foi deliberado abrir concurso público para a execução da empreitada da " Envolvente aos Campos

Sintéticos e Balneários (Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal 2.ª Fase)" e decorridos que foram os trâmites legais do processo, foram presentes os Relatórios da Comissão de Análise elaborados em 22 de Julho e 7 de Agosto de 2008, respectivamente, que a seguir se transcrevem:

- PRIMEIRO:

- «Aos vinte e dois dias do mês de Julho de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão designada para a análise das propostas, a qual é composta pelos Senhores, *SILVINO FERREIRA DOS SANTOS*, Arquitecto – Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais da Câmara Municipal do Entroncamento, servindo igualmente de Presidente da Comissão; *JOAQUIM ANTÓNIO RIBEIRO CANTEIRO*, Engenheiro Civil – Assessor Principal da Câmara Municipal do Entroncamento e *RAFAEL MAIA DE MATOS DOMINGOS* – Arquitecto Paisagista – Técnico Superior de 1.ª classe da Câmara Municipal do Entroncamento.

Decorrido o prazo estipulado no n.º 1 do art.º 49.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, verificou-se que não foi apresentada qualquer reclamação por parte dos concorrentes.

Apresentou a Firma *ALBERTO COUTO ALVES, S.A.* em 15 de Maio de 2008, uma acção no *TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – PROC. N.º 581/08.0BELRA* em face da exclusão de que foi alvo no Acto Público do Concurso.

Por tal facto, ficou a análise do Processo de Empreitada suspensa até à sentença que foi proferida em 14 de Julho de 2008 e *FAVORÁVEL* a este Município.

Encontra-se assim a Comissão de Análise em condições de proceder à análise das propostas.

Consultando o Processo verifica-se que o Consórcio constituído pelas Firms *VIBEIRAS – PROJECTOS E OBRAS DE ARQUITECTURA PAISAGISTA, S.A.* e *AQUINO & RODRIGUES, S.A.*, veio declarar em 25 de Junho de 2008 e em face do previsto no n.º 1 e 3 do art.º 104.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março, que não iria manter a proposta apresentada, dado que já teriam decorrido 66 dias desde a data do Acto Público.

Considerando-se que, com tal declaração a proposta do Consórcio constituído pelas Firms *VIBEIRAS – PROJECTOS E OBRAS DE ARQUITECTURA PAISAGISTA, S.A.* e *AQUINO & RODRIGUES, S.A.* perdeu a validade, não foi a mesma considerada para a presente análise, sendo que as propostas que passaram a esta fase, de acordo com a decisão da Comissão de Abertura foram as seguintes:

FIRMAS CONCORRENTES	VALOR DAS PROPOSTAS
OLIVEIRAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	€ 1 576 803, 76
LENA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	€ 1 661 465,00
ECO EDIFICA – AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES, S.A. / ASIBEL-CONSTRUÇÕES, S.A.	€ 1 470 420,24

A análise das propostas foi feita de acordo com os critérios que abaixo se discriminam, os quais foram estabelecidos no Programa de Concurso no n.º 21 que se transcreve:

“O CRITÉRIO DE APRECIÇÃO das propostas será o seguinte:

- a) preço 60 %
- b) valia técnica da proposta 40 %

sendo o método de ponderação o seguinte:

21.1 – preço – À proposta de mais baixo preço será atribuída a classificação de 9 pontos.

A classificação de 1 ponto será atribuída ao maior dos seguintes valores: proposta de mais alto preço ou valor de 10% acima do valor base.

As restantes classificações serão obtidas de forma proporcional entre os referidos valores de 1 a 9.

21.2 – valor técnico da proposta - O valor técnico da proposta será avaliado através de todos os elementos escritos e gráficos que definam a sua execução, faseamento e planeamento, nomeadamente através da análise dos seguintes itens:

Nota justificativa do preço;

Equilíbrio e razoabilidade de preços unitários;

Plano de trabalhos, cargas de equipamento e mão-de-obra;

Memória descritiva e justificativa;

Sendo atribuídas pontuações entre o máximo de 9 pontos e o mínimo de 1 ponto.”

A pontuação atribuída a cada proposta, para os diferentes itens consta dos quadros em anexo.

conclusão:

De acordo com a pontuação obtida e a classificação definida no quadro final, o concorrente que obteve melhor classificação foi o Consórcio constituído pelas Firms ECO EDIFICA – AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES, S.A. / ASIBEL – CONSTRUÇÕES, S.A., com a PROPOSTA no valor de € 1 470 420,24 (um milhão quatrocentos e setenta mil quatrocentos e vinte euros e vinte e quatro cêntimos) + IVA à taxa legal em vigor, a quem a comissão de análise propõe que seja feita a adjudicação.

Da decisão tomada vai esta Comissão dar conhecimento a todos os concorrentes para que, de harmonia com o previsto no n.º 2 do art.º 101.º do supra citado diploma legal, se pronunciem sobre o projecto de decisão final, se assim o entenderem, no prazo de 10 dias a contar da data da respectiva notificação.»

- SEGUNDO:

- «Aos sete dias do mês de Agosto de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão designada para a análise das propostas referentes ao Concurso mencionado em epígrafe.

Decorrido o prazo estipulado no n.º 2 do artigo 101.º do D.L. n.º 59/99 de 2 de Março, ou seja, o prazo legalmente fixado para a audiência prévia, verificou-se que NÃO FOI APRESENTADA QUALQUER RECLAMAÇÃO POR PARTE DOS CONCORRENTES.

Assim, entende a Comissão que a análise feita aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e oito se deverá manter, pelo que se propõe que seja efectuada a adjudicação à Firma ECO EDIFICA – AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES, S.A. / ASIBEL – CONSTRUÇÕES, S.A., com a Proposta no valor de € 1 470 420,24 (UM MILHÃO QUATROCENTOS E SETENTA MIL QUATROCENTOS E VINTE EUROS E VINTE E QUATRO CÊNTIMOS) + IVA à taxa legal em vigor.»

- Neste processo, e de acordo com o relatório final o Sr. Vice – Presidente no impedimento legal do Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«De acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 e posteriores alterações, proceder à adjudicação. Aos serviços para procedimento. À reunião para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.

TRABALHOS DE TRANSFORMAÇÃO DE CAMPO PELADO DE TREINOS PARA CAMPO RELVADO – CONCEPÇÃO DE OBRA - CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA

- No seguimento de uma petição da Firma Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., a solicitar o cancelamento da garantia bancária número 02-0454501, respeitante à empreitada dos “Trabalhos de Transformação de Campo Pelado de Treinos para Campo Relvado – Concepção de Obra”, foi presente a seguinte informação da Técnica Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Sandra Ferreira, da Divisão de Obras Municipais:

«Para os devidos efeitos cumpre-me Informar V. Ex.a, que a firma VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A., adjudicatária da empreitada em título vem solicitar o cancelamento da Garantia Bancária, a qual se descreve do seguinte modo:

- N.º 02-0454501 no valor de: (2.498.662\$00) 12.463,27€ (Doze mil quatrocentos e sessenta e três euros e vinte sete cêntimos) do Banco Português do Atlântico S.A., Sociedade Aberta, respeitante a 10% do valor dos Trabalhos Contratuais.

Tendo sido efectuada a Recepção Definitiva no passado dia 20 de Junho de 2008, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do D.L. 59/99 de 2 de Março, após a mesma, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia pela execução da obra.

Deste modo, é de parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento da Garantia Bancária mencionada em epígrafe, que se junta em anexo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, cancelar a garantia referida.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REMODELAÇÃO DO PARQUE INFANTIL NO CASAL DA GALHARDA – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA

- No seguimento de uma petição da Firma Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., a solicitar o cancelamento da garantia bancária número 125-02-0244148, respeitante à empreitada da “Remodelação do Parque Infantil no Casal da Galharda”, foi presente a seguinte informação da Técnica Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Sandra Ferreira, da Divisão de Obras Municipais:

«Para os devidos efeitos cumpre-me Informar V. Ex.a, que a firma VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A., adjudicatária da empreitada em título vem solicitar o cancelamento da Garantia Bancária, a qual se descreve do seguinte modo:

- N.º 125-02-0244148 no valor de: 2.444,11€ (Dois mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e onze cêntimos) do Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, respeitante a 10% do valor dos Trabalhos Contratuais.

Tendo sido efectuada a Recepção Definitiva no passado dia 20 de Junho de 2008, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do D.L. 59/99 de 2 de Março, após a mesma, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia pela execução da obra.

Deste modo, é de parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento da Garantia Bancária mencionada em epígrafe, que se junta em anexo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, cancelar a garantia referida.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ARRANJOS EXTERIORES DA ZONA ENVOLVENTE DO POLIDESPORTIVO DESCOBERTO DO CASAL SALDANHA - ENTRONCAMENTO – CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS

- No seguimento de uma petição da Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A., a solicitar o cancelamento das garantias bancárias números 8910002194880019 e 97230003180880019, respeitantes à empreitada dos “Arranjos Exteriores da Zona Envolvente do Polidesportivo Descoberto do Casal Saldanha - Entroncamento”, foi presente a seguinte informação da Técnica Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Sandra Ferreira, da Divisão de Obras Municipais:

«Para os devidos efeitos cumpre-me Informar V. Ex.a, que a firma CONSTRUÇÕES AQUINO & RODRIGUES, S.A., adjudicatária da empreitada em título vem solicitar o cancelamento das Garantias Bancárias, da obra em epígrafe.

- Após análise do processo de acordo com o Caderno de Encargos após 2 anos foi efectuada a 14 de Abril de 2004 a Recepção Definitiva dos Espaços Verdes, ficando os restantes trabalhos até atingir os 5 anos de garantia, verificando-se que atingiu de momento essa data, efectou-se no dia 07 de Agosto de 2008 a Recepção Definitiva dos mesmos.

Mais se informa que a garantia relativa aos Espaços Verdes não foi cancelada pelo que se deverá agora proceder ao seu cancelamento juntamente com as restantes garantias, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do D.L. 59/99 de 2 de Março.

Deste modo, é de parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento das Garantias Bancárias, que se juntam em anexo de acordo com a seguinte discriminação:

- N.º 8910002194880019 no valor de: (1.991.783\$00) 9.934,97€ (Nove mil novecentos e trinta e quatro euros e noventa e sete cêntimos) da Caixa Geral de Depósitos S.A., respeitante a 10% do valor dos Trabalhos Contratuais.

- N.º 97230003180880019 no valor de: 944,79€ (Novecentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos) da Caixa Geral de Depósitos S.A., respeitante a 10% do valor dos Trabalhos Adicionais.

- N.º 97290002078880019 no valor de: 6.533,37€ (Seis mil quinhentos e trinta e três euros e trinta e sete cêntimos) da Caixa Geral de Depósitos S.A., com a finalidade de caucionar depósito definitivo do valor da Conservação e Manutenção dos Espaços Verdes.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, cancelar as garantias referidas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO INFANTIL NA PRAÇA DA COMUNIDADE EUROPEIA - CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA

- No seguimento de uma petição da Firma Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., a solicitar o cancelamento da garantia bancária número 125-02-0244175, respeitante à empreitada de “Fornecimento e Instalação de Equipamento Infantil na Praça da Comunidade Europeia”, foi presente a seguinte informação da Técnica Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Sandra Ferreira, da Divisão de Obras Municipais:

«Para os devidos efeitos cumpre-me Informar V. Ex.a, que a firma VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A., adjudicatária da empreitada em título vem solicitar o cancelamento da Garantia Bancária, a qual se discrimina do seguinte modo:

- N.º 125-02-0244175 no valor de: 2.067,40€ (Dois mil e sessenta e sete euros e quarenta cêntimos) do Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, respeitante a 10% do valor dos Trabalhos Contratuais.

Tendo sido efectuada a Recepção Definitiva no passado dia 20 de Junho de 2008, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do D.L. 59/99 de 2 de Março, após a mesma, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia pela execução da obra.

Deste modo, é de parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento da Garantia Bancária mencionada em epígrafe, que se junta em anexo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, cancelar a garantia referida.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO INFANTIL NO JARDIM PARQUE - CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS

- No seguimento de uma petição da Firma Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., a solicitar o cancelamento das garantias bancárias número 01/065/78740 e 125-02-0244193, respeitantes à empreitada de “Fornecimento e Instalação de Equipamento Infantil no Jardim Parque”, foi presente a seguinte informação da Técnica Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Sandra Ferreira, da Divisão de Obras Municipais:

«Para os devidos efeitos cumpre-me Informar V. Ex.a, que a firma VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A., adjudicatária da empreitada em título vem solicitar o cancelamento da Garantia Bancária, a qual se discrimina do seguinte modo:

- N.º 01/065/78740 no valor de: (789.800\$00) 3.939,51€ (Três mil novecentos e trinta e nove euros e cinquenta e um cêntimos) do Banco BPI, S.A., respeitante a 5% do valor dos Trabalhos Contratuais.

- N.º 125-02-0244193 no valor de: 3.939,51€ (Três mil novecentos e trinta e nove euros e cinquenta e um cêntimos) do Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, respeitante a 5% do valor dos Trabalhos Contratuais.

Tendo sido efectuada a Recepção Definitiva no passado dia 20 de Junho de 2008, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do D.L. 59/99 de 2 de Março, após a mesma, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia pela execução da obra.

Deste modo, é de parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento das Garantias Bancárias mencionadas em epígrafe, que se juntam em anexo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, cancelar as garantias referidas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE EQUIPAMENTO INFANTIL NA PRACETA FRUTUOSO MENDES - CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA

- No seguimento de uma petição da Firma Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., a solicitar o cancelamento da garantia bancária número 125-02-0244166, respeitante à empreitada de “Fornecimento e Aplicação de Equipamento Infantil na Praceta Frutuoso Mendes”, foi presente a seguinte informação da Técnica Profissional de Construção Civil de 2.ª Classe – Sandra Ferreira, da Divisão de Obras Municipais:

«Para os devidos efeitos cumpre-me Informar V. Ex.a, que a firma VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A., adjudicatária da empreitada em título vem solicitar o cancelamento da Garantia Bancária, a qual se descrimina do seguinte modo:

- N.º 125-02-0244166 no valor de: 1.108,83€ (mil cento e oito euros e oitenta e três cêntimos) do Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, respeitante a 10% do valor dos Trabalhos Contratuais.

Tendo sido efectuada a Recepção Definitiva no passado dia 20 de Junho de 2008, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do D.L. 59/99 de 2 de Março, após a mesma, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia pela execução da obra.

Deste modo, é de parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento da Garantia Bancária mencionada em epígrafe, que se junta em anexo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, cancelar a garantia referida.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

JARDIM-DE-INFÂNCIA NORTE KISS-AND-RIDE

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Consignação da Obra, elaborado em 4 de Agosto de 2008, referente à empreitada do “Jardim de Infância Norte Kiss-And-Ride”, adjudicada à Firma Eco Edifica – Ambiente, Infraestruturas e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ARRANJOS EXTERIORES DA ZONA ENVOLVENTE DO POLIDESPORTIVO DESCOBERTO DO CASAL SALDANHA - ENTRONCAMENTO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Definitiva, elaborado em 7 de Agosto de 2008, referente à empreitada dos “Arranjos Exteriores da Zona Envolvente do Polidesportivo Descoberto do Casal Saldanha - Entroncamento,” adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO ENTRONCAMENTO

- Petição em nome da Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, a solicitar a aprovação de um estudo prévio para construção de uma Unidade de Cuidados Continuados a construir na Rua Amália Rodrigues, Pinhal da Lameira.

- Ouvido o Eng.º Civil Assessor Principal, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Apresenta a requerente um pedido de análise e deferimento de um estudo prévio para a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados a construir no local indicado em título.

O presente pedido terá que ser enquadrado nos termos do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, como “Informação Prévia” prevista no Art.º 14.º e seguintes. Tendo em consideração a situação peculiar do processo, nomeadamente em relação à urgência para instrução de candidatura ao Programa Modelar, poderão ser dispensados alguns elementos instrutórios previstos na Portaria 232/2008, e também a análise terá que ser mais genérica e sem intervenção externa.

1. - Descrição da pretensão

Trata-se de um edifício com 4 pisos destinado a uma unidade de cuidados continuados, com 70 camas e respectivas áreas de apoio.

O projecto apresentado neste estudo prévio discrimina áreas e utilizações.

2. - Localização e envolvente

Trata-se de um terreno com área de 4.472,30m², cuja cedência a Câmara já viabilizou em reunião de 04.08.2008. Esta área resulta da cedência para equipamento prevista no alvará de loteamento n.º 6/92 (Quinta do Bonito) e da cedência prevista no processo de loteamento n.º 01/03, no Pinhal da Lameira, em nome de Fernando de Jesus Ferreira, ainda sem alvará.

O prédio confina a norte com lotes de moradias e parque de estacionamento, a sul com uma rua projectada e zona de edifícios com 4 pisos, a nascente com lotes de moradias e a poente com a Ribeira de Sta Catarina e Rua da Barroca.

3. - Análise em termos do PDM

O terreno situa-se praticamente na totalidade em zona de média densidade, onde é permitida a construção de edifícios até 4 pisos, portanto de acordo com o projectado.

Não são estabelecidos mais quaisquer outros índices relevantes para o presente caso.

4. - Análise urbanística.

a) - Dimensão.

Trata-se de um edifício com uma área de implantação significativa (1.068m²), que corresponde à área de construção dos 2 primeiros pisos, tendo os 2 pisos superiores uma menor área (843m²), que pelas suas características e utilização

justificaria um terreno com maior dimensão. Aliás pensamos que o afastamento do corpo com 4 pisos em relação às moradias a nascente deveria ser superior. De qualquer modo o edifício beneficia ainda do espaço livre a nascente, na zona da ribeira e até à rua da Barroca, com cerca de 1.200m² adicionais.

Em termos arquitectónicos parece-nos ser uma solução interessante.

b) - Acessibilidade

O projecto prevê o acesso principal a partir da Rua Amália Rodrigues e um acesso de serviço (cargas e descargas) pela rua projectada a sul.

Pensamos que o acesso principal através da urbanização da Quinta do Bonito, numa zona de moradias unifamiliares e por uma área de estacionamento, não será o mais aconselhável. Sugerimos que esta situação seja analisada com maior detalhe, sugerindo como alternativa um acesso a partir da Rua da Barroca, pois trata-se de uma via mais importante e com melhores condições, e que por dispor de separador central permite uma ligação sem atravessamentos de faixa de rodagem.

c) - Estacionamento

O projecto prevê a constituição de 20 lugares de estacionamento público e de 12 para pessoal e ambulâncias.

Entendemos que em ambos os casos o número proposto será reduzido tendo em consideração o número de camas, e de visitantes e funcionários que o equipamento certamente terá, apesar de haver ainda uma bolsa de estacionamento confinante a norte.

O PDM não prevê parâmetros para estacionamento em equipamentos, mas o número de lugares já seria superior para um estabelecimento hoteleiro e muito superior num edifício de serviços.

Será também uma situação a analisar futuramente com maior detalhe.

5. - Conclusão

Em conclusão entendemos que se poderá emitir parecer favorável ao estudo prévio apresentado, condicionado à reanálise de algumas das situações atrás referidas, nomeadamente no referente à acessibilidade e estacionamento.»

- Sobre este pedido o Sr. Vice-Presidente no impedimento legal do Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«De acordo com o n.º 3 do artigo 68 da Lei n.º 169/99 de 18/9 e posteriores alterações, defiro o pedido de acordo com a informação dos serviços. Aos serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS Nº 21/08 – JARDIM-ESCOLA JOÃO DE DEUS

- Presente o processo de obras número 21/08, em nome do Jardim Escola João de Deus, referente à construção de um edifício destinado a creche, na Rua 5 de Outubro, número 33, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.

- Ouvido o Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, emitiu, este, o seguinte parecer:

«PROJECTO DE ARQUITECTURA – CONSTRUÇÃO NÃO INTEGRADA EM LOTEAMENTO

1 – Descrição

O projecto apresentado refere-se à construção de um edifício de 3 pisos mais cave, destinado a creche (Jardim Escola) servindo de complemento ao actual Jardim-Escola João de Deus.

A cave, destina-se a fazer a ligação entre o actual edifício e o proposto.

Para o rés-do-chão, é proposto a instalação da cozinha, instalações sanitárias e refeitório de apoio.

O 1.º andar, destina-se a salas de actividades e o 2.º andar a arrumos.

2 - ANÁLISE SEGUNDO O PDM

2 .1 A construção situa-se em zona de – Área de média densidade – Edifício até 4 pisos

2 .2 A aplicação do art.º 34.º (critério da média da altura de fachada)

A média das alturas é de 2,2 pisos.

2 .3 Estacionamento:

Cálculo: $451,31 \text{ m}^2/100 \times 3 \text{ lugares} = 13,53$ _____ 14 lugares

O edifício não apresenta estacionamentos.

2 .4 Outras Situações:

Verifica-se que a cave apenas tem acesso por elevador, não podendo ser aceite em termos de segurança de pessoas, pelo que deverá o projecto ser alterado de modo a garantir o acesso por escadas.

3 – ANÁLISE DA INSERÇÃO NO AMBIENTE URBANO, IMPLANTAÇÃO, ALINHAMENTOS

Nada a opôr ao proposto.

4 – ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES

Para além do mencionado nos n.ºs 2.2, 2.3 e 2.4., nada mais há acrescentar.

6 - CONCLUSÕES

O projecto de arquitectura apresenta-se como susceptível de ser viabilizado, caso a Câmara entenda não fazer a aplicação do referido no n.º 2.2 e 2.3, sendo necessário proceder previamente às rectificações indicadas no 2.4.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura, de acordo com este parecer.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 80/04 – JORGE MANUEL ALVES DE FARIA

- Presente o processo de obras número 80/04, em nome de Jorge Manuel Alves de Faria, referente às alterações na construção de um anexo, na Rua Rui José Coelho Aires da Silva, nesta Cidade, conforme projecto que junta.

- Ouvido o Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Relativamente ao assunto em título, cumpre-me informar V. Ex.ª do seguinte:

As alterações apresentadas referem-se à execução de uma lareira nos anexos, não havendo da parte destes serviços qualquer inconveniente, pelo que o processo está em condições de merecer deferimento.

Nota: Não há lugar a pagamento da taxa urbanística.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura, de acordo com este parecer.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 111/06 – CANFOL – CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, LDA

- Na sequência da deliberação de 3 de Dezembro de 2007, na qual foi deliberado manter o indeferimento do processo de obras número 111/06, em nome de Canfol – Construções Civis de Ourém, Lda., referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício de habitação e comércio, na Rua Jacinto Marques Agostinho, nesta Cidade, foi presente, de novo, este processo, acompanhado de um projecto de alterações, solicitando a sua aprovação.

- Ouvido o Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Relativamente ao assunto em título, cumpre-me informar V. Ex.^a do seguinte:

O projecto apresentado refere-se às alterações que o requerente levou a efeito na edificação que traz em execução no local acima indicado.

As alterações resumem-se a acertos de compartimentação e a interligações do último piso ao sótão. Verifica-se ainda que foi anulado um estacionamento, pelo facto de a rampa não permitir um pé direito suficiente para uma viatura ligeira.

O parecer destes Serviços é favorável, devendo o requerente compensar o Município de acordo com o R.M.U.E.

Caso a Ex.^a Câmara aceite esta situação o projecto encontra-se em condições de merecer deferimento, não se justificando a apresentação de quaisquer Projectos de Especialidades, para além dos já entregues.»

- Após análise deste processo, foi pelo Exmo. Presidente colocado à votação, tendo obtido o seguinte resultado:

- 3 votos a favor, da Vereadora Sr.^a Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente; e,

- 3 votos contra, dos Vereadores Srs. Henrique Leal, Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo.

- Face a este empate na votação, o Exmo. Presidente fez uso do seu voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovando o projecto, de acordo com o parecer atrás transcrito.

- O Vereador Sr. Henrique Leal fez a seguinte declaração de voto, que também foi subscrita pelos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:

- “Voto contra, devido à ligação ao sótão e ao défice de estacionamento”.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 102/06 – TAVARES & FILHOS, LDA

- Presente o processo de obras número 102/06, em nome de Tavares & Filhos, Lda., referente às alterações na construção de um edifício de habitação e comércio, na Rua S. João de Deus e E.N. 365, nesta Cidade, conforme projecto que junta.

- Ouvido o Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, emitiu, este, o seguinte parecer:

«O projecto apresentado refere-se às alterações que o requerente levou a efeito na edificação que traz em execução no local acima indicado.

As alterações são basicamente acertos de obra, nomeadamente na compartimentação, pelo que da parte destes Serviços não há qualquer inconveniente, estando o Projecto de Arquitectura em condições de ser aprovado.

Deverá o requerente ser notificado a apresentar os Projectos de Especialidades no prazo de 90 dias.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura, de acordo com este parecer.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 31/07 – VERÓNICA FERREIRA CARDOSO UNIPessoal, LDA

- Presente o processo de obras número 31/07, em nome de Verónica Ferreira Cardoso Unipessoal, Lda., referente às alterações em estabelecimento comercial,

sito na Rua Luís Falcão de Sommer, número 14 r/c Dt.º, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Eng.º Civil Assessor Principal, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 05/08/2008.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 9/08 – NANAKIKA's, LDA

- Presente o processo de obras número 9/08, em nome de Nanakika's, Lda., referente às alterações em estabelecimento comercial, sito na Rua Luís Falcão de Sommer, número 51 - r/c Fte, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Eng.º Civil Assessor Principal, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 05/08/2008.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 45/08 – TERRENA – COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS, LDA

- Presente o processo de obras número 45/08, em nome de Terrena – Comercialização de Imóveis, Lda., referente à construção de stand de vendas, na Rua Bartolomeu de Gusmão – Urbanização Casal Saldanha Norte – Lote 14, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Eng.º Civil Assessor Principal, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 06/08/2008.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/81 – (ADITAMENTO N.º 1) – TAVARES & FILHOS, LDA. – REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA

- Do Técnico Profissional de Construção Civil, de 2.ª Classe – Guilherme Monteiro, da Divisão de Obras Municipais, foi presente a seguinte informação, relativa a um pedido de redução de garantia bancária respeitante ao aditamento n.º 1 do alvará de loteamento n.º 1/81, sito no Bonito – Pinhal da Lameira, desta Cidade, em nome da Firma Tavares & Filhos, Lda.:

«Para conhecimento e devidos fins, cumpre-me informar V. Ex.ª, que tendo sido efectuada a Recepção Provisória das Infra-estruturas Telefónicas e de Construção Civil em 04 de Agosto de 2008, é de parecer destes Serviços que a garantia bancária n.º 164-43.010050-7 da Caixa Económica Montepio Geral com o valor global pela execução das Infra-estruturas de Construção Civil, Telefónicas e Eléctricas de 142.000,00 €, poderá ser reduzida em 90% do valor total da mesma ficando os restantes 10% até à Recepção Definitiva.

As Infra-estruturas Eléctricas foram consideradas recepcionadas a 10 de Outubro de 2007, conforme a carta 256/07/RCTAG da EDP (cópia em anexo).

O Valor actual da garantia é de 142.000,00 €.

Com a Recepção Provisória o valor da garantia bancária que poderá ser reduzido é de 127 800,00 €, ficando deste modo, o valor da garantia após a redução no montante de 14.200,00 € até à Recepção Definitiva.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder à redução da garantia bancária, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/81 (ADITAMENTO N.º 1) - TAVARES & FILHOS, LDA. – AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Provisória, elaborado em 04 de Agosto de 2008, relativo aos trabalhos respeitantes às infra-estruturas do loteamento referente ao Aditamento n.º 1 do Alvará de Loteamento n.º 1/81, em nome da Firma Tavares & Filhos, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/06 – JOSÉ MARQUES DE OLIVEIRA – AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Provisória, elaborado em 29 de Julho de 2008, relativo aos trabalhos respeitantes às infra-estruturas do loteamento do Alvará de Loteamento n.º 2/06, em nome de José Marques de Oliveira.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/92 – AQUINO & RODRIGUES, S.A. – AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Definitiva, elaborado em 7 de Agosto de 2008, relativo aos trabalhos respeitantes às infra-estruturas do loteamento do Alvará de Loteamento n.º 6/92, sito na Urbanização do Pinhal da Lameira (Quinta do Bonito), em nome de Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 465.085,54 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil oitenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), referente às autorizações de pagamento números 5533 ao 5726.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

ASSOCIAÇÕES DESP. E CULTURAIS F/CONCELHO

SUPER-TAÇA FUTSAL MASCULINO

- E-mail da Associação de Futebol de Santarém, a informar que para a realização da Final da Super-Taça de Futsal Masculino, entre as equipas do Sporting C.

Portugal e S.L. Benfica, a realizar no Pavilhão Municipal, no dia 31 de Agosto (Domingo), pelas 15,00Horas, a Federação Portuguesa de Futebol, propõe a comparticipação com subsídio de 10.000,00 Euros.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, atribuir, para o efeito, um subsídio de 10.000,00 Euros.

- Absteve-se o Vereador Sr. Henrique Leal, que fez a seguinte declaração de voto:

“Entendo que um subsídio para este evento e neste montante, deveria ser do nosso prévio conhecimento para podermos conscientemente fundamentar a nossa decisão”.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – AV.ª DR. JOSÉ EDUARDO VÍTOR DA NEVES, RUA D. JOÃO II E LARGO DE SANTA IRIA, RUA D. PEDRO V E RUA DE TIMOR, RUA BRIGADEIRO LINO DIAS VALENTE, RUA DE GÔA, RUA DE OLIVENÇA E RUA ENG.º JOÃO CARLOS CASTRO REIS, RUA VASCO DA GAMA, RUA 5 DE OUTUBRO E ENTRADA NASCENTE DO ENTRONCAMENTO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Consignação da Obra, elaborado em 18 de Agosto de 2008, referente à empreitada de “Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Av.ª Dr. José Eduardo Vítor das Neves, Rua D. João II e Largo de Santa Iria, Rua D. Pedro V e Rua de Timor, Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, Rua de Gôa, Rua de Olivença e Rua Eng.º João Carlos Castro Reis, Rua Vasco da Gama, Rua 5 de Outubro e Entrada Nascente do Entroncamento”, adjudicada à Firma Oliveiras, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL – 1.º ANDAR

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 1 do Contrato Inicial, no valor de 7.734,72 € (sete mil setecentos e trinta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), elaborado em 17 de Julho de 2008, referente à empreitada de “ Remodelação do Edifício da Biblioteca Municipal – 1.º Andar”, adjudicada a Arlindo Lopes Dias.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE S. JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – PRAÇA DA REPÚBLICA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 3 do Contrato Inicial, no valor de 9.547,81 € (nove mil quinhentos e quarenta e sete euros e oitenta e um cêntimos), elaborado em 14 de Agosto de 2008, referente à empreitada da “ Requalificação Urbana da Freguesia de S. João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Praça da República”, adjudicada à Firma J. Salvador, Ld.ª.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE S. JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – LARGO JOSÉ DUARTE COELHO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 5 do Contrato Inicial, no valor de

4.721,74 € (quatro mil setecentos e vinte e um euros e setenta e quatro cêntimos), elaborado em 14 de Agosto de 2008, referente à empreitada da “ Requalificação Urbana da Freguesia de S. João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Largo José Duarte Coelho”, adjudicada à Firma J. Salvador, Ld.^a.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

- O Exmo. Presidente distribuiu pelos Senhores Vereadores cópias do “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo” com o Anexo – Quadro n.º 1, para análise na próxima reunião.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Chefe de Secção na Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.